

Apresentação do Dossiê

Sandra Regina de Oliveira Garcia¹

Eliane Cleide da Silva Czernisz²

O Dossiê do Ensino Médio apresenta-se no momento em que a Lei 13.415/2017, que Reforma o Ensino Médio, completou um ano e no momento que o Ministério da Educação vem realizando movimentos para inculcar na população, por meio da mídia, a ideia de que a presente Reforma realmente trará mudanças benéficas para a juventude brasileira. Entendemos, entretanto, que é preciso compreender a Reforma e os elementos que a envolvem, visando a ampliar o debate sobre o Ensino Médio e a fortalecer os movimentos de resistência que defendem um projeto de educação e sociedade mais justo para os brasileiros.

Nessa direção, os artigos aqui reunidos trazem contribuições significativas para pensar o Ensino Médio no que diz respeito à melhoria da qualidade, à Formação Inicial, à integração entre Educação Profissional e Ensino Médio e à educação do campo, em teses e dissertações desenvolvidas no período correspondente a 2007-2016. Essas discussões possibilitam analisar e avaliar a evolução do Ensino Médio na política educacional brasileira, expondo contrapontos importantes para compreender as contradições presentes nas propostas reformistas que, historicamente, têm norteado o Ensino Médio e Profissional.

É nessa perspectiva que o artigo de Emmanuel Felipe de Andrade Gameleira e Dante Henrique Moura apresenta uma análise a partir de teses e dissertações de 2007 a 2016 sobre a implementação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Os trabalhos selecionados pelos autores revelam limites e possibilidades da efetivação da integração e permitem também um avanço teórico do campo trabalho e educação. Pontuam que a política de integração curricular no Ensino Médio se contrapõe ao modelo e à concepção teórica dos anos 90, regulamentada pelo decreto nº 2.208/97, que é revisitada, de alguma forma, pela Reforma atual do Ensino Médio. Concluem que

¹ Doutora em Educação pela UFPR. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – Curso de Pedagogia – Área de Política e Gestão da Educação.

² Doutora em Educação pela UNESP/Campus de Marília. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – Curso de Pedagogia/Área de Política e Gestão da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

a travessia proposta para o Ensino Médio Integrado é difícil, mas que se constitui, naquele momento, numa forma de resistência e de luta por uma educação de qualidade para todos.

A contribuição dos autores se configura como um importante elemento de reflexão sobre as dificuldades e os avanços do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e alerta-nos para a necessidade do fortalecimento do EMI em contraposição à Reforma aprovada.

O artigo 'Ensino Médio Integrado no Campo: A experiência do CEIERS – Centros Estaduais Integrados de Educação Rural do Espírito Santo (CEIER)', de João Batista Pereira Alves e Marise Nogueira Ramos, analisa a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Educação do Campo. Os autores desenvolvem um estudo empírico com base na análise de projetos pedagógicos e entrevistas. Mostram que, mesmo diante da predominância capitalista, a formação integrada possibilita romper com os intentos economicistas e superar a visão da educação a serviço do mercado, e, no caso da Educação do Campo, sobrepujar a formação voltada para o agronegócio. As contribuições de Alves e Ramos estão também na reflexão sobre: a formação omnilateral, a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica e, ainda, a respeito da relação entre conhecimentos gerais e específicos.

O artigo de Edna Natoria Felisbino Ghizzo e Gilvan Luiz Machado Costa aborda a Formação Inicial de professores do Ensino Médio em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A pesquisa se desenvolve com base na abordagem dialética e em dados quantitativos do Censo Escolar 2016. Os autores entendem que a Formação Inicial assume dimensão central na Formação Inicial do Ensino Médio de qualidade social e procuram compreendê-la no contexto das proposições do PNE 2014 – Lei 13.005/2014 e da Lei 13.415/2017, que reforma o Ensino Médio. Ghizzo e Costa defendem a universalização do Ensino Médio com qualidade social, a qual, para os mesmos, somente será possível com o investimento em formação e carreira dos professores, aspectos que não serão contemplados na flexibilização curricular vislumbrada pela Lei 13.415/2017 e, portanto, nem serão resolvidos.

Esses textos propiciam análises que ampliam o entendimento da dimensão da Reforma do Ensino Médio e podem conclamar a sociedade a entendê-la como algo que merece atenção de todos. Proporcionam, ainda, aos que se preocupam com o Ensino Médio de qualidade social, o acompanhamento das alterações e dos resultados e a possível articulação de outros encaminhamentos, visando a reverter as alterações propostas.